



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria Geral de Controle Externo- SGCE
Coordenadoria Especializada em Atos de Pessoal

DADOS DO PROCESSO

PROCESSO:	00539/23/TCE-RO
UNIDADE JURISDICIONADA:	Instituto de Previdência dos Servidores Públicos - IPERON
ASSUNTO:	Aposentadoria de Professor com proventos integrais e paridade
ATO CONCESSÓRIO:	Ato Concessório de Aposentadoria nº 681 de 13/06/2019 (pág. 22 – ID1355134)
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	Artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63 da Lei Complementar nº 432/2008.
DATA DA PUBLICAÇÃO DO ATO:	DOE n. 118 de 01.07.2019 (pág. 23 – 1355134)
VALOR DO BENEFÍCIO	R\$ 3.346,69 (pág. 2 – 1355141)
NOME DA SERVIDORA:	Redinel Soares Reder
MATRÍCULA:	3000010071 (pág. 22 – 1355134)
CARGO:	Professor, classe C, referência 07, com carga horária de 40 horas semanais (pág. 22 – 1355134)
CPF:	XXX.884.346-XX (pág. 1 – 1355141)
REGIME JURÍDICO:	Estatutário (pág. 1 – 1355141)
DATA DE INGRESSO:	03.03.1986 (pág. 2 – 1355141)
DATA DE NASCIMENTO:	17.03.1952 (pág. 1 – 1355141)
SEXO:	Masculino (pág. 1 – 1355141)
ADMISSÃO POR CONCURSO:	Sim (pág. 2 – 1355141)
RELATOR:	Conselheiro Substituto Erivan Oliveira da Silva

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Versam os autos acerca da aposentadoria especial de professor, concedida ao interessado, conforme dados em epígrafe, encaminhados a esta unidade técnica para instrução.

2. O presente relatório resulta da competência estatuída no art. 3º, inciso VIII, da Resolução Administrativa nº 005/1996 (RITCE/RO) e art. 1º, inciso V, da Lei Complementar nº 154/1996, haja visto que o servidor percebe o valor de R\$ 3.346,69 (pág. 2 – 1355141).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria Geral de Controle Externo- SGCE
Coordenadoria Especializada em Atos de Pessoal

2. ANÁLISE TÉCNICA

2.1 Documentos que devem ser digitalizados e enviados ao TCE/RO

3. O art. 2º, §1º da Instrução Normativa nº 50/2017 determina o envio dos seguintes documentos:

Item	Tipo de Documento	Sim	Não	Págs.
I	Ato concessório do benefício, ato de cancelamento ou ato retificador e seus respectivos comprovantes de publicação;	X		22-23 1355134
II	Certidão de tempo de serviço/contribuição;	X		4-6 – ID1355135
III	Laudo médico oficial ou seu extrato, em que constem a natureza da moléstia grave, contagiosa ou incurável especificada em lei, ou que a invalidez foi motivada por moléstia profissional ou acidente em serviço, a data da inspeção, CID, CRM, assinatura da junta médica ou do médico perito e indicação se os proventos serão integrais ou proporcionais;	-	-	-
V	Demonstrativo de pagamento relativo à última remuneração percebida e ao primeiro benefício de aposentadoria	X		1 – ID1355136 6 – ID1355137
IX	Avaliação médica e funcional, na hipótese de concessão de aposentadoria especial a servidor público portador de deficiência;	-	-	-
X	Na hipótese de concessão de aposentadoria especial a servidor público que exerce atividades sob condições especiais prejudiciais à saúde ou à integridade física:		N/A	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria Geral de Controle Externo- SGCE
Coordenadoria Especializada em Atos de Pessoal

XI	Termo de opção do servidor pela regra de aposentadoria voluntária que melhor lhe convier quando preencher mais de uma regra de inativação	-	-	-
XII	Na aposentadoria de professores, documentação que comprove o tempo de efetivo exercício exclusivo no magistério (educação infantil, ensino fundamental e médio), ou nas funções de direção, coordenação e assessoramento pedagógico em estabelecimentos de ensino básico (ADI n. 3.772/DF), para obter a redução de 5 (cinco) anos nos requisitos de idade e de tempo de contribuição, na forma do art. 40, §5º, da Constituição da República Federativa do Brasil	X	-	7-8 – ID1355135
XIII	Outros documentos hábeis a comprovar situação jurídica declarada no FISCAP, requisitados pelo Tribunal;	-	-	-

4. Realizada a aferição documental constatou-se que o envio dos documentos se deu conforme o exigido pela IN nº 50/2017, exceto pelo termo de opção.

2.2. Do tempo de serviço

Tempo apurado pelo SICAP WEB	Tempo apurado pelo órgão concedente	Aferição
Geral: 12.169 dias , ou seja, 33 anos, 4 meses e 4 dias ¹ . Magistério: 7.808 dias , ou seja, 21 anos, 4 meses e 23 dias.	12.174 dias , ou seja, 33 anos, 4 meses e 9 dias ² .	η

(✓) Confere (η) Não confere

5. A divergência encontrada entre a apuração de tempo efetuada por esta unidade técnica, utilizando o SICAP WEB, e pelo órgão concedente (pág. 4-6 – ID1355135)

¹ Tempo computado até o dia anterior à data de publicação do DOE n. 118 de 01.07.2019 (23– 1355134).

² Conforme Certidão de págs. 4-6 – ID1355135.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria Geral de Controle Externo- SGCE
Coordenadoria Especializada em Atos de Pessoal

é de **5 (cinco) dias**. Contudo, a diferença apontada é insuficiente para macular o direito do servidor, conforme será visto a seguir.

6. O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos - IPERON, encaminhou a documentação de pág. 7-8 – ID1355135, emitida pela Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, comprovando que o servidor exerceu atividades de magistério, no seguinte período:

ATIVIDADES CORRELATAS AO MAGISTÉRIO	
Período	Função
03.03.1986 a 04.07.2005	Docência em Sala de Aula
03.10.2005 a 03.11.2005	Docência em Sala de Aula
27.12.2007 a 18.03.2008	Docência em Sala de Aula
17.06.2008 a 13.01.2009	Docência em Sala de Aula
13.07.2009 a 10.05.2010	Docência em Sala de Aula
07.11.2010 a 17.01.2011	Docência em Sala de Aula
18.01.2012 a 01.03.2012	Docência em Sala de Aula
TOTAL: 7.808 dias, ou seja, 21 anos, 4 meses e 23 dias	

7. Desta feita, denota-se que o servidor possui tempo suficiente para fazer jus a aposentadoria especial de professor, alcançando os requisitos mínimos, nos termos da ADI n. 3.772/DF.

2.3 Da fundamentação legal

Item	Fundamentação	Base de cálculo	Aferição
01	Artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c os artigos 24, 46 e 63 da Lei Complementar nº 432/2008.	Proventos integrais, calculados de acordo com remuneração contributiva do cargo em que ocorreu a aposentadoria e com paridade	✓

(✓) Confere (η) Não confere

2.4. Dos proventos

Base de cálculo	Valor	Aferição
Proventos integrais e paritários, calculados com base na última remuneração contributiva do cargo em que se deu a aposentadoria	3.346,69 (pág. 2 – 1355141)	✓



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria Geral de Controle Externo- SGCE
Coordenadoria Especializada em Atos de Pessoal

(✓) Confere (η) Não confere

8. Verifica-se que os valores constantes da planilha de proventos (pág. 1 – ID1355137) guardam consonância com o valor da última remuneração (pág. 1 – ID1355136), bem como, com os proventos do primeiro benefício de inatividade (pág. 6 – ID1355137). Deste modo, os proventos estão sendo calculados corretamente de acordo com a fundamentação legal que deu base a concessão do benefício.

9. Por fim, quanto à composição dos proventos a análise está postergada para inspeções e auditorias a serem realizadas em folha de pagamento, consoante os termos do item 1.1, “a”, da Ata de Reunião de Trabalho, realizada no dia 10.2.2006.

3. CONCLUSÃO

10. Analisando os documentos que instruem os autos constata-se que o Senhor **Redinel Soares Reder** faz jus a ser aposentado, com proventos integrais e paritários, calculados de acordo com remuneração do cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, nos termos do Art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, combinado com os artigos 24, 46 e 63 da Lei Complementar nº 432/2008.

4. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

11. Por todo o exposto, propõe-se que seja o ato considerado **APTO** a registro, nos termos delineados na alínea “b”, do inciso III, do art. 49, da Constituição do Estado de Rondônia, c/c o inciso II, do art. 37, da Lei Complementar nº 154/96 e inciso II, do art. 54 do Regimento Interno desta Corte de Contas.

12. Desta feita, submete-se o presente relatório ao excelentíssimo relator, para sua superior apreciação e deliberação que julgar adequada.

Porto Velho, 16 de maio de 2023.

Michel Leite Nunes Ramalho
Coordenador da Coordenadoria Especializada em Atos de Pessoal
Cadastro 406

Em, 16 de Maio de 2023



MICHEL LEITE NUNES RAMALHO
Mat. 406
COORDENADOR DA COORDENADORIA
ESPECIALIZADA DE CONTROLE
EXTERNO 4